

O ENTE PÚBLICO NO CRIME AMBIENTAL

Renato Grossi Zunti

RESUMO

Sabe-se que, a cada dia, surgem novos bens e valores, que, até pouco tempo atrás, eram praticamente ignorados por muitas pessoas e passam, hoje em dia, a merecer proteção e garantia pelo Direito, motivados, em grande parte, pelas pressões e exigências da sociedade. A preocupação com o coletivo faz com que aconteça uma grande alteração na ordem jurídica, cuja tutela dos interesses massivos começa a ser tratada como interesse maior e essencial para a sociedade como um todo. Surgem então os questionamentos referentes ao meio ambiente e relacionados ao consumo. Este trabalho tem por objetivo tratar da discussão quanto à possibilidade de aceitação da responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público por danos ambientais. Os problemas que passaram a agredir a sociedade nos últimos tempos, característicos de uma sociedade de risco, apresentam a necessidade de reconstrução de paradigmas. Sabe-se que a discussão quanto à possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em questões ambientais em âmbito penal recebeu novos contornos com a publicação da Carta Constitucional Brasileira de 1988. A nova realidade gerada pela globalização e pela liberalização do comércio mundial estimulam a criminalidade econômica, levada a cabo por organizações empresariais. No tocante à responsabilidade penal que envolve pessoas jurídicas de Direito Público, esta se impõe não somente em decorrência da necessidade de tratamento isonômico frente às pessoas jurídicas de Direito Privado, mas, principalmente, porque a imputação de pena à pessoa jurídica de Direito Público revela ser importante instrumento de controle das atividades do próprio Estado.

Palavras-chave: Responsabilidade Penal. Pessoa Jurídica de Direito Público. Danos Ambientais.

ABSTRACT

We know that every day there are new goods and values, which, until recently, were virtually ignored by many people, and are today, to merit protection and guaranteed by law, due in large part the pressures and demands of society. The concern with the collective makes it happen a big change in the law, whose guardianship of massive begins interests to be treated as a major and vital interest to the society as a whole, then popping the questions pertaining to the environment and related consumption. This work aims to address the issue regarding the acceptability of criminal liability of legal entities of public law for environmental damage. The problems that have come to harm society in recent times, characteristic of a risk society, showed the need for reconstruction of paradigms. It is known that the discussion about the possibility of corporate accountability on environmental issues in criminal matters received new contours with the publication of the Brazilian Constitutional Charter of 1988. Facing the new realities created by globalization and liberalization of world that greatly commerce stimulate economic crime, carried out by business organizations. Regarding criminal liability involving legal entities of public law, this applies not only due to the need for treatment isonomic front legal persons of private law, but mainly because the imputation of punishment the legal person of public law proves to be important instrument for controlling the activities of the State.

Keywords: Criminal Responsibility. Legal Entity in Public Law. Environmental Damage.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO; 2. CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA; 3. AS PARTES DO CRIME AMBIENTAL; 4. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS; 5. A LEI DOS JUIZADOS LEI 9.099/95; 6. A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO 7. APLICAÇÃO DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS AO ENTE PÚBLICO; 8. CONCLUSÃO; 9. REFERÊNCIAS.

1. INTRODUÇÃO

A real possibilidade da pessoa jurídica ser sujeito ativo na esfera penal tem sido discutida, ao longo das últimas décadas, em muitos debates sobre o assunto. Vários destes debates focam a responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Em 1988, a legislação brasileira passou por um período de transição constitucional inovando sob muitos aspectos, dentre eles pela incorporação das normas insertas nos arts. 173, § 5º e 225, § 3º que, para alguns juristas, representou a consagração da responsabilidade da empresa em nosso ordenamento jurídico, inclusive com fundamento constitucional.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica de Direito Público constitui inovação trazida para o ordenamento jurídico brasileiro pela Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos chamados crimes ambientais e, como tal, tem despertado amplo debate doutrinário e jurisprudencial, vez que, para alguns juristas respeitados, tem representado o rompimento com a tradição brasileira de um Direito Penal voltado estritamente para o ser humano, um retrocesso para as garantias individuais; para outros, não menos respeitados, trata-se de uma evolução necessária das Ciências Criminais.

O tema é bastante polêmico e tem colocado em contraposição renomados estudiosos da matéria: uns, a sustentarem que as pessoas jurídicas são entidades fictícias, criadas pelo Direito e que não possuem consciência e vontade próprias e, destarte, não têm capacidade para figurarem como sujeito de crime ("teoria da ficção"); outros, a entenderem que os entes morais são seres reais e, portanto, portadores de vontade real, reconhecidos e regulados por lei, o que lhes garante condição de organismo social, portador de vontade complexa, distinta da vontade individual de seus membros, com capacidade, sim, de realizarem fato ilícito ("teoria da realidade objetiva").

Some-se a isso, o fato de que as empresas, na atualidade, exercem, nas suas mais variadas atividades, papel de destaque no Estado, cumprindo-lhes importante função social, que ora as coloca como benfeitoras da coletividade, ora como eventuais violadoras de valores importantes para a coexistência social. É nesse momento que o Direito Penal surge como mais uma via eficiente, a despeito das esferas administrativa e civil, de contenção da ilicitude, especialmente no tocante ao meio ambiente, quando se constata o crescente número de empresas envolvidas na exploração ambiental. O tema, como dito, é controvertido e está a exigir uma reflexão responsável para tomada de posição consciente.

Por derradeiro, oportuno registrar que o trabalho tem por propósito uma visão panorâmica sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica Pública e Privada no Direito Penal pátrio, tema, repita-se, sabidamente polêmico, mas que não deve ser deixado de lado, a teor da previsão constante da Lei n. 9.605/98 que, em seu artigo 3º, estabeleceu expressamente a imputação penal para o ente coletivo infrator do meio ambiente e determinou quais as sanções compatíveis com sua natureza peculiar. Trata-se, no caso, de norma legal cuja aplicabilidade está a exigir postura firme e responsável por parte dos operadores do direito porque, até o presente momento, qualquer questionamento foi feito sobre a constitucionalidade da referida lei. Se há dificuldades do ponto de vista processual – para fazer valer a lei em comento – cabe aos responsáveis o enfrentamento desse desafio, seja de construir uma legislação processual penal própria para a Lei Ambiental, seja de encontrar outras alternativas viáveis para o alcance do propósito maior de proteção do meio ambiente. O compromisso de efetividade da Lei Ambiental configura um paradigma na história do Direito Penal brasileiro, posto ao enfrentamento corajoso daqueles que têm compromisso responsável com a almejada segurança jurídica.

Nestas sucintas anotações, abordaremos também as teorias sobre a natureza jurídica das pessoas coletivas, a previsão da Constituição de 1988 sobre a responsabilidade penal do ente coletivo, bem como a validade e efetividade da Lei nº. 9.605/98.

2. CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA

Pessoa jurídica é uma entidade criada pela técnica jurídica, como unidade orgânica e firme de pessoas para fins de natureza pública ou privada, inteiramente distinta dos indivíduos que a integram. É ainda dotada de personalidade jurídica análoga à da pessoa natural, com a finalidade de ter direitos e adquirir obrigações, ou seja, são pessoas que se reúnem para atingir seus objetivos, que passam a fazer parte da vida jurídica, tornando-se sujeitos de obrigações e de direitos visando realizar certos fins.

São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal, Territórios, Municípios e demais entidades de caráter público criadas por lei. De direito público externo são: os Estados estrangeiros e todas as pessoas regidas pelo Direito Internacional. Pessoas jurídicas de direito privado são as associações, sociedades e fundações, sendo que as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas.

A pessoa jurídica pode ser assim conceituada:

[...] A pessoa jurídica não se caracteriza por qualquer reunião de pessoas ou afetação de bens, mas somente quando a associação de pessoas ou o patrimônio se destinam a dar via a uma unidade orgânica de caráter duradouro que adquire individualidade própria, distinta da que é reconhecida a seus integrantes. A teoria tradicional concebe a pessoa sob duas formas: a corporação, cujo substrato é a associação de pessoas; e a fundação, que é constituída por um complexo de bens afetado por uma destinação específica [...]. [...] Pode-se, assim, estabelecer como condições substanciais de existência da pessoa jurídica: 'uma organização de pessoas ou de bens, um fim, e o reconhecimento pelo Estado' [...] (ROCHA, 2002, p. 54).

Pessoas jurídicas são criadas por lei e constituídas pela união de pessoas que se encorajam com a finalidade de alcançar um objetivo comum, todavia, suas personalidades não se confundem, ou seja, são distintas e com autonomia própria.

Neste sentido:

[...] A esses seres, que se distinguem das pessoas que os compõem, que atuam na vida jurídica ao lado dos indivíduos humanos e aos quais a lei atribui personalidade, ou seja, a prerrogativa de serem titulares do direito,

dá-se o nome de pessoas jurídicas, ou pessoas morais [...] (RODRIGUES, 2009, p. 86).

Destarte, conclui-se que as pessoas jurídicas são sujeitos de direitos e obrigações independentes de seus sócios, havendo distinção de personalidades e seus patrimônios não se confundem. Neste particular:

[...] São entidades criadas para a realização de um fim e reconhecidas pela ordem jurídica como pessoas, sujeitos de direitos e deveres. São conhecidas como pessoas morais, no Direito Francês, e como pessoas coletivas, no Direito Português [...] (FIÚZA, 2010, p. 145).

3. AS PARTES DO CRIME AMBIENTAL

A aceitação da possibilidade de responsabilizar-se penalmente a pessoa natural não impõe qualquer dificuldade, desde que observados os requisitos legais impostos pelo ordenamento jurídico. Sabe-se que o crime é fato típico, antijurídico e culpável. Tal conceito comporta perfeitamente a possibilidade de ser o delito praticado por um ser humano à medida que este é dotado de vontade, consciência, capacidade de agir, etc. Nesse sentido, a partir da prática de um crime ambiental, verificada a culpabilidade da pessoa natural, composta pela imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa, poderá ela ser responsabilizada penalmente. A dificuldade existe quando o que se visa é responsabilizar criminalmente as pessoas jurídicas, tema que enseja grandes discussões doutrinárias.

O criminoso ambiental, pessoa natural, é descrito como um sujeito aceito pela sociedade por não oferecer a esta qualquer perigo aparente. Isso ocorre porque a prática do delito acontece por força de ambição ou, simplesmente, de acordo com os costumes locais. Este é um delinqüente a quem a aplicação de sanção penal surpreende a comunidade, já que o crime ambiental nem sempre é tão chocante quanto outros tipos penais, tais como homicídio, roubo, estupro e outros crimes demasiadamente violentos que revoltam a sociedade. Não obstante tal entendimento popular, não há, no mundo jurídico, quaisquer questionamentos acerca da possibilidade de responsabilizar-se penalmente a pessoa natural quando essa incide na prática de conduta que caracterize crime ambiental.

A legislação brasileira, em níveis constitucional e infraconstitucional, conforme será demonstrado, acolheu a responsabilização penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais. Esta acolhida implicou uma série de críticas por parte de diversos doutrinadores, mas também encontrou defensores entre os juristas brasileiros.

3.1 Teoria da Ficção

A teoria da ficção foi criada por Savigny (*apud* PRADO, 2004, p. 76). A pessoa jurídica não possui vontade própria, tem existência ficta, de pura abstração, há falta de consciência, vontade e finalidade para que se configure o fato típico, bem como imputabilidade e possibilidade de conhecimento do injusto, necessários para a culpabilidade, sendo assim, não há possibilidade de delinquir e responder por seus atos.

As decisões das pessoas jurídicas são tomadas por seus membros que são pessoas naturais passíveis de responsabilização por suas ações e omissões. Devido à falta de vontade finalística, este ente não pode realizar comportamentos dolosos, tampouco culposos, porque o dever de cuidado só pode ser exigido daqueles que possuem liberdade para optar entre prudência e imprudência, cautela e negligência, acerto ou imperícia. Na verdade, quem comete os delitos não é a pessoa jurídica e sim seus diretores ou funcionários independente dos interesses ou os motivos para o delito, mas, mesmo que elas pudessem realizar fatos típicos, não poderíamos dizer que as empresas seriam responsáveis por seus atos de censura ou culpabilidade.

Os principais argumentos em defesa dessa teoria se amparam no brocardo romano “*societas delinquere non potest*” (pessoa jurídica não pode cometer delitos), ou sejam: Ausência de consciência, vontade e finalidade, ausência de culpabilidade, ausência de capacidade de pena e ausência de justificativa para a imposição da pena.

Outros adeptos a esta mesma corrente desta teoria, justifica que como a pessoa jurídica não é provida de consciência e de vontade própria, a ela conseqüentemente não se aplicariam os princípios da responsabilidade pessoal e da culpabilidade que se restringem à pessoa física. A sanção do Direito Penal é dirigida como reprovação à pessoa física; a pessoa jurídica necessita ser vista com suas particularidades e sua responsabilidade jurídica não deve decorrer

como se a pessoa jurídica fosse dotada de vontade; deverá sim sofrer sanções quando necessário, mas, não sanções penais, já que a nossa Carta Magna não afirmou a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Não é possível a incriminação da pessoa jurídica precisamente porque não existe crime punível sem o juízo de reprovação contido na culpabilidade, Não podemos incriminar uma pessoa jurídica, pois, se lhe não pode atribuir uma ilicitude, tampouco devemos admitir a substituição do juízo de culpabilidade pelo de periculosidade, haja vista, essa ser especificamente atribuída à pessoa física.

3.2 Teoria da Realidade ou da Personalidade Real

A segunda teoria chamada Teoria da Realidade ou da Personalidade Real teve como seu precursor Otto Gierke, mencionado por Farias (2005, p. 77). Para essa teoria a pessoa jurídica possui personalidade real, vontade própria, sendo capaz de ação e de praticar atos ilícitos, sendo capaz, portanto, de responsabilidade civil e penal e, assim, reconhecida sua capacidade criminal.

A pessoa jurídica tem vontade própria, pois, essa nasce e vive da vontade individual de seus membros. Essa vontade se manifesta a cada etapa de sua vida, pela reunião, pela deliberação, voto de seus membros, acionistas, conselho, direção. Assim sendo, a vontade coletiva pode cometer crimes tanto quanto a vontade individual conforme a doutrina francesa.

A pessoa jurídica pode ser responsável por seus atos e o juízo de culpabilidade deverá adaptar-se às suas características; a reprovação na conduta da pessoa jurídica baseia-se na exigência de uma conduta diversa que é perfeitamente possível. A pena não ultrapassa a pessoa da empresa, o que ocorre é que alguns sócios (minoritários) que não tiveram culpa (votaram contra a decisão) não estarão recebendo pena pela infração cometida, mas sim suportando os efeitos da condenação. Nossa Carta Magna filiou-se a esta corrente conforme o disposto no art.225, parágrafo 3º.

4. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS

O Meio Ambiente, por força da Constituição Cidadã de 1988, ganhou em muito em se tratando de normatização, sendo que todo um capítulo foi destinado à matéria ambiental (Capítulo VI, do Título VIII, art. 225).

No “caput” do art. 225 o constituinte afirmou que o meio ambiente é “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Firma no § 1º os princípios constitucionais relativos ao meio ambiente, dispondo a respeito do princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal, o princípio do poluidor-pagador, a necessidade de educação ambiental, entre outros.

A matéria concernente à responsabilidade penal da pessoa jurídica vem encartada no § 3º do mencionado dispositivo, *in verbis*:

Art. 225.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou **jurídicas**, a sanções **penais** e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (grifo nosso).

Essa é a gênese da responsabilidade penal da pessoa jurídica. Não obstante já estivesse prevista, desde 1988, somente com o advento da lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998, que instituiu a Lei de Crimes Ambientais é que a matéria veio efetivamente disciplinada.

O art. 3º da lei mencionada, dispõe:

Art. 3º - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade.

Muito se tem discutido a respeito da matéria, havendo grande conflito e divergência, não só no Brasil, mas também em outros países.

O Procurador de Justiça e Professor Oswaldo Henrique Duek Marques¹, chegou a afirmar que:

... as sanções impostas aos entes coletivos, previstas na nova legislação, não podem ter outra natureza senão a civil ou a administrativa, porquanto a responsabilidade desses entes decorre da manifestação de vontade de seus representantes legais ou contratuais. Somente a estes poderá ser imputada a prática de infrações penais. Atribuir à pessoa jurídica a autoria de uma infração penal, por fato de terceiro, constituirá retorno à responsabilidade coletiva e objetiva, oriunda de uma época totêmica, na qual os clãs primitivos atuavam como um todo, solidários na ação e na responsabilidade. As sanções atingirão todos os integrantes da entidade, tenham ou não participação no crime, o que violará o princípio da personalidade da pena.

Com o respeito devido ao ínclito professor, entendemos que a matéria não deve ser vista sob os olhos do direito penal clássico, mas também “deve ser entendida à luz de uma responsabilidade social”².

Como outros já disseram, o criminoso ambiental não é o criminoso comum, havendo particularidades para aquele³.

Além disso, o Meio Ambiente, *bem de uso comum do povo*, deve ter a mais ampla proteção, inclusive a proteção contra os degradadores profissionais.

Por outro lado, não se está atribuindo a prática do crime da pessoa jurídica *por fato de terceiro*. O art. 3º, alhures mencionado, foi bastante claro ao afirmar que a responsabilidade penal da pessoa jurídica só é possível quando o crime for praticado “por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, mas sempre no interesse ou benefício de sua entidade”. Assim, não há que se falar em crime *por fato de terceiro*.

¹ Cf., Boletim do IBCCrim, no. 65, Edição Especial, abril 1998, p. 6.

² Lúcio Ronaldo Pereira Ribeiro. Da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e a Nova Lei dos Crimes Ambientais. In: *Revista de Direito Ambiental*, volume 12, p. 88.

³ “Outro ponto importante que deve ser salientado é que o criminoso comum se diferencia do criminoso ambiental. O primeiro é um ser associal que merece sanção. O segundo, um empresário, criador de empregos [...]”. M. J. Littmann-Martin. Trad. Luiz Regis Prado. “A Proteção penal do ambiente no direito francês”. Citado por SIRVINSKAS, Luiz Paulo. *Tutela Penal do Meio Ambiente*. Ed. Saraiva, 1998, p. 25-26.

A pena também não atingirá todos os integrantes do ente coletivo, posto que por força do que dispõe o art. 21, da Lei dos Crimes Ambientais, a pena será a de multa, restritiva de direitos ou prestação de serviços à comunidade.

Não se fala ali em pena privativa de liberdade, posto que é óbvio que nesta modalidade de pena deve ser respeitada a sua *individualização*, não sendo possível a pessoa jurídica receber tal penalização.

O art. 22 da mencionada lei disciplina que:

Art. 22 – As penas restritivas de direito da pessoa jurídica são:
I – suspensão parcial ou total de atividades;
II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;
III – proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os parágrafos do art. 22 disciplinam quando aquelas sanções serão aplicadas. Já o art. 23 dispõe a respeito da prestação de serviços à comunidade.

A penalidade mais grave para a pessoa jurídica vem disciplinada no art. 24:

Art. 24 – A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá **decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional** (grifo nosso).

Podemos notar facilmente, portanto, que as penas atribuídas à pessoa jurídica não alcançam as pessoas físicas integrantes da sociedade, não obstante o parágrafo único do art. 3º afirmar que “a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”.

Não se nega, neste espaço, que a responsabilidade penal da pessoa jurídica é uma verdadeira revolução em se tratando de responsabilização. Entretanto, ao aplicador do direito, como tal, não cabe indagar de sua conveniência ou não, bastando aplicá-la. Entendemos que se trata de um avanço, posto que, muitas vezes, crimes ambientais que são atribuídos a pessoas físicas, não passam de um disfarce de seus verdadeiros autores – **a pessoa jurídica**. Um exemplo

prático pode ser dado: recentemente a Polícia Florestal autuou uma Destilaria na região de Ourinhos/MG efetuando desmatamento em área de preservação permanente com o nítido propósito de ali plantar cana-de-açúcar.

Se não houvesse a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a questão seria resolvida no arquivamento do inquérito policial, posto que os funcionários que ali estariam praticando em tese o crime, assim agiram por determinação superior, em nítido caso de obediência à ordem hierárquica superior. Como poderiam negar a realização da “tarefa” de “limpeza da área” para o plantio da cana? Se assim o fizessem, a resposta seria a demissão. Mas como agora há a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a empresa foi devidamente responsabilizada, sendo que o representante legal afirmou textualmente que a prática é comum, por determinação e deliberação do órgão diretivo e em claro benefício da entidade.

5. A LEI DOS JUIZADOS, LEI 9.099/95

Não obstante prever a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica, a Lei 9605/98 não dispôs a respeito de rito processual adequado à espécie. Diante desta ausência, inúmeras questões surgem a respeito, como por exemplo a quem se deve citar, quem será interrogado, se haverá necessidade de defesa prévia, entre outros.

Entretanto, como o intérprete deve suprir eventuais lacunas legislativas, entendemos que o rito a ser seguido deve ser aquele disciplinado no Código de Processo Penal, ou seja, aos crimes apenados com eventual reclusão, o rito ordinário; aos apenados com eventual detenção, o rito sumário.

Por outro lado, cabe aqui uma reflexão expressiva a respeito da possibilidade ou não de aplicação da Lei 9099/95, que instituiu o Juizado Especial Criminal, aos crimes praticados pela pessoa jurídica.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 no art. 98, inc. I, disciplinou a criação dos “juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo”.

Somente com o advento da Lei 9099, de 26 de setembro de 1995, o legislador ordinário supriu a determinação constitucional. A referida lei, no seu artigo 61, que se trata de norma explicativa, dispõe a respeito do conceito de infrações penais de menor potencial ofensivo, informando que são “as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial”. A Lei 9605/98 prevê expressamente a possibilidade de aplicação das regras concernentes da Lei 9099/95, que são a transação penal do art. 76 e a suspensão condicional do processo do art. 89.

A matéria vem tratada nos arts. 27 e 28 da Lei 9605/98, *in verbis*:

Art. 27 – Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9099, de 26 de setembro de 1998, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 76 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

Art. 28 – As disposições do art. 89 da Lei 9099, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei, com as seguintes modificações [...].

Um erro legislativo pode ser detectado neste dispositivo. É que o art. 28 dispõe que o art. 89 da Lei 9099/95, que trata da suspensão condicional do processo, será aplicado aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei. Dá a entender que só se aplica a suspensão condicional do processo em se tratando de crime de menor potencial ofensivo disciplinado no art. 61 da Lei 9099/95.

Entretanto, cabe ressaltar que o art. 89 da Lei 9099/95, que cuida da suspensão condicional do processo, foi claro ao afirmar que é cabível a suspensão quando a pena mínima for igual ou inferior a um ano. Não se cuida, portanto, a mercê do conceito do art. 61, de crime de menor potencial ofensivo.

Assim, fazendo-se uma interpretação lógica, chegamos à conclusão que não obstante o art. 28 da Lei 9605/98 informar que a suspensão do processo é cabível nos crimes de menor potencial

ofensivo ambientais, também o é nas hipóteses do art. 89 da Lei 9099/95, ou seja, quando a pena mínima for igual ou inferior a um ano.

Caso contrário,

restaria esvaziada e ineficaz a norma do art. 89 da Lei nº 9099/95, em relação aos crimes ambientais descritos na Lei nº 9.605/98, pois caberia antes transação penal para as infrações de menor potencial ofensivo, ficando prejudicada eventual suspensão condicional do processo.⁴

A Lei 9605/98 prevê a aplicação da Lei 9099/95 condicionando expressamente à “prévia composição dos danos ambientais”.

Em se tratando de crime de menor potencial ofensivo cometido por pessoa física, acreditamos não existirem grandes indagações.

Mas, e se o crime de menor potencial ofensivo ambiental for praticado pela pessoa jurídica?

Acreditamos que há a possibilidade de aplicação dos dispositivos da Lei 9099/95 também à pessoa jurídica, mas com algumas exceções, isto porque, como ficou frisado linhas atrás, a Lei 9605/98 não trouxe regras específicas a respeito de rito processual distinto em se tratando de crime praticado por pessoa jurídica.

Portanto, não vemos também nenhum óbice à aplicação da regra do art. 76 da Lei 9099/95 à pessoa jurídica, com exceção da “limitação de final de semana e da espécie de restritiva de direitos do artigo 22 da Lei 9605/98”.

Por primeiro, cabe registrar que a Lei 9099/95 teve o grande mérito de *desburocratizar* a aplicação da lei penal, mitigando o princípio da obrigatoriedade da ação penal para o Ministério Público e atribuindo-lhe extraordinários mecanismos de política criminal.

Instituiu a possibilidade de transação penal do art. 76, segundo o qual não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público pode *transacionar* a aplicação de uma pena de multa ou restritiva de direitos.

⁴ Idem, p. 178, da Lei 9099/95.

A pena restritiva de direitos é aquela constante do art. 43 do Código Penal, ou seja, prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.

Como já foi dito, também em outro momento, o art. 21 da Lei 9605 dispõe a respeito das penas a serem aplicadas à pessoa jurídica. Cabe aqui uma afirmação: – houve nítida confusão por parte do legislador a respeito dessas penas.

É que o legislador afirma que as penas da pessoa jurídica são a pecuniária (inciso I), restritivas de direitos (inciso II) e prestação de serviços à comunidade (inciso III). Ora, já citamos acima que as penas restritivas de direitos são aquelas disciplinas no art. 43, entre as quais a prestação de serviços à comunidade. Assim, a pena restritiva de direitos é o gênero, da qual a prestação de serviços à comunidade é espécie.

O legislador confundiu estes conceitos igualando a restritiva de direitos com a prestação de serviços à comunidade.

Poderia muito bem ter firmado no art. 21 que as penas seriam a multa e restritivas de direitos, englobando aqui a prestação de serviços à comunidade.

Talvez não tenha feito isto porque quis dar tratamento especial às duas. Entretanto, quando no art. 22 dispõe a respeito das espécies de restritivas de direitos, poderia ter colocado um quarto inciso para indicar a prestação de serviços à comunidade como espécie e no art. 23 ter disciplinado como será esta prestação, como efetivamente o fez.

Puro erro de técnica legislativa!

No que concerne especificamente a respeito da aplicação da Lei 9099/95, cabe aqui uma análise quanto à proposta do Ministério Público. Isso porque os arts. 22 e 23 da Lei de Crimes Ambientais dispõe a respeito das espécies de penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade.

Em se tratando de pessoa física, o Ministério Público tem ampla liberdade de transação. Mas, concernente à pessoa jurídica fica, no nosso entender, limitado à hipótese do art. 22, não sendo possível propor-se a pena restritiva de direitos.

Diz o artigo 22, *in verbis*:

Art. 22 - As penas restritivas de direito da pessoa jurídica são:

I – suspensão temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III – proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º - A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo as disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

§ 2º - A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º - A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Ora, as regras concernentes à pena restritiva de direitos constantes do art. 22 dependem, no nosso entender, de imposição judicial, posto que tem caráter eminentemente punitivo.

Qual será o representante legal da pessoa jurídica que irá aceitar um **acordo ou proposta** do Ministério Público para, por vontade própria, suspender parcial ou totalmente suas atividades, ou ainda, não contratar com o Poder Público ou obter subsídios, subvenções ou doações?

A resposta é óbvia: nenhum!

Ademais, numa análise técnica dos parágrafos do art. 22 verificamos claramente que os comandos normativos ali constantes são de imposição, utilizando-se sempre da expressão *será aplicada*. Ora, aplicação é sinônimo de imposição, ordem judicial, enfim, sentença. Portanto, somos de parecer pela impossibilidade de transação penal com a pessoa jurídica para o fim de aplicar-lhe a pena restritiva de direitos constantes do art. 22.

Em se tratando de prestação de serviços à comunidade cabe também aqui uma análise. Após algum tempo de aplicação da Lei 9099/95, os Promotores de Justiça de várias comarcas deste estado Minas Gerais, bem como de outras unidades da Federação, vêm entendendo ser

possível a transação penal com o autor do fato consistente na entrega de cestas básicas a entidades necessitadas da comarca.

Tal conclusão é centrada na possibilidade de transação penal consistente na pena de prestação de serviços à comunidade. Assim, ao transacionar, o Ministério Público pede a entrega de tantas cestas básicas a entidades beneficentes da comarca ou do município do autor do fato. Já em relação à pessoa jurídica, entendemos que tal procedimento não é possível. Explicamos. É que a pena de prestação de serviços à comunidade possui norma específica a respeito. É a hipótese do art. 23 da Lei 9605.

Diz a lei:

Art. 23 – A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:

- I – custeio de programas e de projetos ambientais;
- II – execução de obras de recuperação de áreas degradadas;
- III – manutenção de espaços públicos;
- IV – contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Portanto, a pena de prestação de serviços à comunidade para a pessoa jurídica fica restrita às hipóteses do art. 23, não se encontrando ali a hipótese para contribuições a entidades beneméritas. A única hipótese é a contribuição a entidades ambientais ou culturais, mas não nos parece adequada a entrega de *cestas básicas* a estas, posto que não possuem caráter assistencial.

No que concerne à hipótese de suspensão condicional do processo do art. 89 da Lei 9099/95, entendemos não ser possível a sua aplicação à pessoa jurídica. É que as regras do art. 89 são eminentemente pessoais, não sendo possível a pessoa jurídica cumpri-las “pessoalmente”.

Vejam os que dispõe o artigo mencionado:

Art. 89

§ 1º - Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

- I – reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- II – proibição de freqüentar determinados lugares;

- III – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;
- IV – comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar suas atividades.

A pessoa jurídica ficará proibida de freqüentar determinados lugares, ou ainda, ausentar-se da comarca sem autorização do juiz, ou ainda estará obrigada a comparecer pessoalmente em juízo para informar suas atividades? Claro que poder-se-ia argumentar que seu representante legal poderia muito bem assim proceder. Entretanto, entendemos que face ao caráter eminentemente pessoal das regras da suspensão condicional do processo não é possível que outrem, a não ser o autor do fato, cumpra com as condições estabelecidas pelo juízo. Além disso, sabe-se que a responsabilidade penal da pessoa jurídica possui caráter **político, moral**, no sentido de que a imputação recaia sobre a própria pessoa jurídica. Assim, não faz sentido a suspensão condicional do processo em face da pessoa jurídica.

6. A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Outra questão controversa é em relação à responsabilização tão somente da pessoa jurídica de direito privado mas, também, das de Direito Público. Os professores Vladimir Passos Freitas (2004) e Gilberto Passos Freitas (2004) entendem que somente cabe a responsabilização da pessoa jurídica de Direito Privado, pois a pessoa jurídica de Direito Público (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e federações públicas) não podem cometer ilícito penal no seu interesse ou benefício. Elas, ao contrário das pessoas de natureza privada, só podem perseguir fins que alcancem o interesse público. Quando isso não acontece é porque o administrador público agiu com desvio de poder. Em tal hipótese só a pessoa natural pode ser responsabilizada penalmente e os agentes públicos poderão ser responsabilizados pelos atos que tenham concorrido para que ocorressem.

Os dispositivos constantes da Constituição Federal de 1988 que tratam deste assunto são estes:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em Lei.

§ 5º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, **peças físicas ou jurídicas**, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, aplicando-se relativamente os crimes contra o meio ambiente, o disposto no art. 202, parágrafo 5º (grifo nosso).

Inicialmente, relembramos serem as pessoas jurídicas de direito público os Estados, Municípios, Distrito-Federal, Autarquias, Fundações. Ou seja, são os entes estatais que constituem as nominadas pessoas jurídicas de direito público. Num primeiro momento da Teoria Política e do Direito Constitucional na modernidade, a função básica do Estado era de manter a segurança e a paz dentro de um grupo social determinado. Atualmente, além da função de promotor social de políticas para o bem-estar da população o Estado, com o apoio da sociedade, busca garantir também direitos ao desenvolvimento sustentável, a um meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida, todos com uma feição eminentemente coletiva.

A impressão inicial é de que o Estado apenas objetiva proporcionar o bem do povo, promovendo a harmonia e garantindo o interesse coletivo em todas as suas esferas, sendo incapazes de cometer arbitrariedades principalmente diante de suas funções precípua de guarda e desenvolvimento de todo o grupo social. Tal visão de um Estado Paternalista é totalmente equivocada. O Estado comete também arbitrariedades, agredindo direitos individuais e coletivos que deveria a rigor proteger. Na esfera ambiental, é mesmo um dos seus maiores poluidores.

Neste sentido, tinha amparo inicialmente na teoria de que o Estado não poderia ser responsabilizado por nada em face de sua posição superior e por estar protegendo e garantindo os interesses de toda a coletividade. Posteriormente, passou a ser possível a responsabilização do funcionário do Estado em solidariedade ao próprio ente estatal, mas só nos atos considerados de mera gestão.

Por fim, atinge-se o nível mais radical da responsabilização do Estado na esfera cível e administrativa por qualquer dano sofrido pelo cidadão, independentemente de culpa ou nexo de causalidade. É a teoria do risco integral que não merece a acolhida dos ordenamentos contemporâneos. Como resta perceptível, só ventilamos a responsabilidade estatal porque o ente público comete ilícitos também, causando danos a outrem, devendo por isto responder patrimonial e pessoalmente. Por exemplo, em relação ao meio ambiente, a posição estatal é nesta seara dúbia quando se confronta o âmbito normativo e o fático. A Constituição Federal assevera expressamente o papel do Estado, Poder Público em relação ao meio ambiente no art. 225 e no art. 23 da Constituição Federal de 1988 que estabelecem este entendimento: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”.

Entretanto, mesmo sendo supostamente o maior ente garantidor do meio ambiente, também o Estado se apresenta muitas vezes como seu maior violador. Isto porque o Estado agride o meio ambiente, seja comissiva ou omissivamente, quando, por exemplo, realiza uma obra pública sem tomar as cautelas com os impactos ambientais que vão ocorrer; quando desenvolve políticas públicas que conduzem a um maior nível de poluição; quando deixa de delimitar os ambientes humanos, criando planos diretores esdrúxulos; quando concede licenças com base em dados inseguros, deixando particulares produzindo degradações ambientais de grandes proporções.

A omissão estatal, que conduz à agressão e à degradação do meio ambiente, ocorre com a falta de fiscalização eficiente pelos órgãos ambientais; com a falta de investimento em educação ambiental; com a inexistência de um plano de exploração urbana e rural condizente com o respeito ao meio ambiente; com a ausência de políticas que apoiem o desenvolvimento sustentável sem agressão ao meio ambiente; e, principalmente, com a conivência do poder público em relação às empresas particulares e públicas poluidoras e detentoras do poder econômico.

Alguns doutrinadores em crítica veemente ao Estado afirmam que a solução para o problema da poluição e da degradação do meio ambiente não se apoia simplesmente na conscientização do povo, mas sim, em os entes estatais evitarem destruir e permitir a destruição do meio

ambiente, procurando desenvolver políticas públicas que busquem preservação e recuperação ambiental.

O problema é que não basta conscientizar o povo; é preciso que se conscientize, sobretudo, o próprio Poder Público. É preciso que ele não exerça o papel de degradador do ambiente que, infelizmente, ele exerce. E com muito mais força que qualquer cidadão. Um indivíduo, por exemplo, pode poluir um riacho. O Poder Público pode acabar com a Floresta Amazônica. A desproporção do poder de agressão que tem o Poder Público, em face do particular, realmente é imensa. Não basta promover a consciência privada se também não estiver instaurada a consciência pública. Não basta promover a consciência privada se não há uma série de organismos estatuais, dedicados ao problema, órgãos administrativos e órgãos judiciários. E órgãos, uns e outros, dotados de independência, para que se possa realmente promover uma tutela ambiental.

Deve-se asseverar que até mesmo licenças e autorizações concedidas pelo Poder Público podem causar danos ambientais, conduzindo à necessidade da responsabilização do ente estatal concessor. Por exemplo, na concessão da autorização de uma fábrica, o funcionário do órgão ambiental do Estado age com toda perícia e prudência exigidas, estabelecendo padrões e limites de emissão segundo os conhecimentos atuais da ciência. Mesmo assim, as emanções da fábrica, depois, vêm a causar danos em algumas plantações de frutas da região. O Estado é corresponsável pelo dano provado pela atuação não culposa do seu agente; o ato administrativo é legal, mas leva a responsabilidade objetiva do Estado pois houve um dano especial de determinados indivíduos.

Destacam ainda outros doutrinadores que o Estado deve responder pela inércia na prestação de serviços públicos que redundem em dano ambiental. Exemplo é o caso do Poder Público que se omite de proteger o meio ambiente quanto à instalação de rede de esgoto, sistemas de lixo e a manutenção da limpeza de afluentes, por exemplo. Data vênica, resta nestas hipóteses a difícil caracterização da responsabilidade estatal, mas a doutrina e os tribunais devem se direcionar neste sentido para maior aplicação das normas e princípios protetores do meio ambiente.

Como bem destaca Álvaro Luiz Valery Mirra (2002) as mais frequentes omissões estatais que causam danos ambientais graves são:

- a) poluição de rios e corpos d'água pelo lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais sem o devido tratamento; b) a degradação de ecossistemas e áreas naturais de relevância ecológica; c) o depósito e a destinação final inadequados do lixo urbano; d) o abandono de bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

Destaca por fim o autor que muitas vezes há também a fragilidade da atuação do Judiciário para coibir a inércia administrativa e a degradação ambiental, sob o argumento de evitar imiscuir-se na seara do Poder Executivo ferindo o princípio da separação dos poderes.

Nesta temática, situações esdrúxulas podem ocorrer, por exemplo, como se fosse possível ao Estado-membro determinar o embargo de obra em curso realizada pela União Federal que estivesse poluindo o meio ambiente. Tipos de situações como esta exigem um redimensionamento do próprio entendimento do princípio da separação dos poderes e do federalismo para maximizar a proteção ao ambiente em que se vive.

A atuação das pessoas jurídicas de direito público, seja por meio do implemento de políticas públicas ou pela atuação dos seus funcionários conduzem, no mais das vezes, à degradação ambiental. Com efeito, se o Estado deveria ser o ente protetor do meio ambiente, nos termos da lei, diante da execução de políticas públicas e fiscalização de atividades potencialmente destruidoras do ambiente, os entes públicos são também responsáveis direta ou indiretamente, como exemplificado acima, por danos ambientais de diversos níveis na realização de suas obras, na atuação no meio econômico e natural e na omissão do seu dever de defesa do meio ambiente, seja na esfera administrativa, legislativa ou até mesmo judiciária.

Por causar danos ambientais é pacífico que as pessoas jurídicas de direito público devem responder civil e administrativamente diante da degradação perpetrada, já que estão a ferir um direito fundamental de 3ª geração, qual seja: o direito que a coletividade tem de possuir e viver em um ambiente equilibrado, limpo e sadio, podendo cobrar, se for o caso, regressivamente dos seus servidores ou agentes políticos o ressarcimento pelo prejuízo ocasionado.

Já, quanto à responsabilidade penal: – podem as pessoas jurídicas de direito público serem responsabilizadas penalmente? Este é o centro do presente trabalho e adentra-se a seguir nesta discussão destacando primeiramente os argumentos a favor da responsabilização penal das pessoas jurídicas de direito público e depois os argumentos contrários, fazendo uma análise crítica no último item.

7. APLICAÇÃO DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS AO ENTE PÚBLICO

Este item pretendemos abordar algumas das prerrogativas incutidas na lei de crimes ambientais com o intuito de demonstrar as várias formas possíveis nesta lei que possibilitem a penalização do Ente Público nos crimes relacionados ao meio ambiente, visto que entendemos que o maior transgressor nas normas ambientais é o próprio Ente Público. Este trabalho está longe de poder traçar um parâmetro legal racional para que seja efetivada a punição do Ente Público, uma vez que neste assunto ainda há muito caminho pela frente e muitas discussões para que se chegue a um denominador comum. Mas aqui abordaremos as possibilidades retidas na Lei de crimes ambientais somente.

Esta responsabilidade do Ente Público refere-se às consequências da conduta, tendo a obrigação de suportar as consequências jurídicas do crime. Procuramos discutir a possibilidade legal de tornar o poder público obrigado a ressarcir o dano ou a sofrer determinada pena, por motivo daquele efeito ambiental a que deu causa.

A Lei 9605/98 (Lei de crimes ambientais) especificou, de forma clara e objetiva, a responsabilidade penal, tanto da pessoa física quanto da jurídica (ente coletivo). Transformou em crimes a maioria das condutas que antes eram tidas como simples contravenções penais. As penas estipuladas atingem, em média, de um a três anos. Corrigiu distorções existentes no Código de Caça; como exemplo disto temos o fato de um simples camponês, que abate um animal silvestre para consumo, ser submetido à alta punição, em crime inafiançável, enquanto os latifúndios são pulverizados com agrotóxicos e ficam isentos de sanções penais.

A inovação da lei 9605/98 foi instituir tal responsabilidade às pessoas jurídicas, quando praticarem crimes contra o meio ambiente. Pode-se acreditar que tal fato foi decorrente das

recomendações do "15º Congresso da Associação Internacional de Direito Penal", no Rio de Janeiro, em 1994. O legislador, dentro deste assunto, optou pelo sistema da Responsabilidade Penal Cumulativa, onde a responsabilidade do ser coletivo não exclui a de seus diretores e administradores, considerando o nexó entre os fatos praticados pela pessoa jurídica e as vantagens que deles podem decorrer às pessoas físicas acima citadas.

O posicionamento atual traduz que o Direito Penal tem suas sanções específicas, o que, no entanto, não significa que a pena não se filie, como espécie do mesmo gênero, ao conceito geral de sanção que a doutrina jurídica formula e a pena e medida de segurança constituem espécies da sanções penais. As penas acessórias (existentes à época) tinham "caráter de sanção penal". É certo que a Reforma da Parte Geral do Estatuto Repressivo, introduzida pela Lei nº 7.209/84, acabou com as chamadas penas acessórias, transformando-as em efeitos secundários da sentença penal condenatória (arts. 91 e 92 da Nova Parte Geral). No entanto, os penalistas modernos fazem a observação acerca do tema que esclarece ter o Código vigente abandonado o sistema de penas principais e acessórias. Todavia, assaltam-nos dúvidas sobre não serem os chamados 'efeitos da condenação' também penas, pelo menos nas hipóteses em que a "sua natureza seja penal".

8. CONCLUSÃO

O tema proposto relativo à responsabilização penal das pessoas jurídicas de Direito Público por danos ambientais, como foi visto, é deveras polêmico, afetando a própria delimitação do papel e posição dos entes públicos em matéria ambiental, exigindo uma rediscussão da dogmática penal para adaptá-la à necessária proteção do meio ambiente, direito fundamental de 3ª geração.

A Lei de Crimes Ambientais, Lei 9.605/98, trouxe à baila tal discussão ao não diferenciar as pessoas jurídicas de direito público das pessoas jurídicas de direito privado quanto à possibilidade de imputação de responsabilidades e sanções criminais.

Este novel diploma legislativo envolveu múltiplas inovações, como bem atestou o Presidente da República ao vetar sua imediata entrada em vigor, fixando um período de "*vacatio legis*", a fim de permitir a difusão dos novos conceitos e dispositivos legais, aproximando-se o conhecimento real da lei e o seu presumido.

Não se pode descurar, portanto, que a aplicação e a imputação de sanções penais a pessoas jurídicas, e em especial aos Entes Públicos irão exigir um forte esforço doutrinário e jurisprudencial, a fim de garantir-lhe a efetividade em benefício de uma maior proteção ao meio ambiente.

O direito penal ambiental tem um relevante papel a cumprir nesta seara, objetivando o desenvolvimento e formação de princípios retores de uma nova dogmática, isso porque, hoje, a sociedade moderna reclama por um Direito Penal renovado, que se apresente como instrumento efetivo de garantia dos bens jurídicos novos, como o meio ambiente, rejeitando-se preambularmente as indagações sobre sua inaptidão instrumental e por questões de cunho estritamente formal.

O que se deve atentar e desenvolver, assim, é um direito penal ambiental que venha a proteger o meio ambiente, inibindo condutas degradadoras até mesmo do Poder Público, em atendimento ao anseio e necessidade da população de viver em um ambiente sadio, equilibrado e limpo.

O Direito não pode ser visualizado apenas em sua dimensão normativa, deve se adequar à realidade social posta, adaptando seus postulados e princípios para satisfação e garantia sociais. Neste ponto, a sociedade clama por maior proteção ao meio ambiente, não admitindo a exclusão das pessoas jurídicas de direito público do dever de responder pelos danos causados ao ambiente até mesmo na esfera penal.

O direito deve se adaptar rapidamente às mudanças, adquirindo uma visão multidisciplinar. Se se quiser que o direito continue firme norma de conduta nas sociedades modernas, capaz de assegurar a todos os homens a livre possibilidade de desenvolvimento integral, os juristas precisam se convencer de que não têm outra saída senão a de modernizar o direito e reestruturá-lo sobre bases que o permitam ir se adaptando, com a flexibilidade necessária, às novas e, seguramente, mais aceleradas alterações que haveremos de ver na vida futura dos povos. Evidentemente, esta tarefa, não obstante a urgência de que se reveste, necessita de uma visão multidisciplinar para ser encetada.

9. REFERENCIAS

FARIAS, Cristiano Chaves de, Direito Civil, Teoria Geral, 3º Edição, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris. 2005, pag. 77.

FIÚZA, César. *Direito civil: curso completo* – 11. Ed. revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

FREITAS, Vladimir Passos, *A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais*. 3. ed. RT: São Paulo, 2004.

MARQUES, José Frederico. Constituição Federal da República Federativa do Brasil; 9.605, Lei dos Crimes Ambientais; Decreto-Lei 2.848/40; Código Penal. *Curso de Direito Penal*. 1ª ed., vol. III, São Paulo: Saraiva, 1956.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. Cf., *Boletim do IBCCrim*. Nº 65, Edição Especial, abril 1998, p. 6.

RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. Da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e a Nova Lei dos Crimes Ambientais. In: *Revista de Direito Ambiental*, volume 12, p. 88.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. *Tutela Penal do Meio Ambiente*. Ed. Saraiva, 1998, p. 25-26.

9.1 LEITURAS COMPLEMENTARES

CAPELLI, Sílvia. Responsabilidade penal da pessoa jurídica em matéria ambiental: uma necessária reflexão sobre o disposto no art. 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal. In: *Revista Estudos Jurídicos*. Vol. 28; n. 72, São Leopoldo: Unisinos, 1995.

CASTRO, Renato de Lima Castro. *Alguns aspectos da responsabilidade penal da pessoa jurídica na lei ambiental brasileira*. In: <http://www.jus.com.br/doutrina/respppj2.html>, 04 de outubro de 2000.

FIGUEIREDO, Guilherme; José Purvin de; SILVA, Solange Teles da. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público na Lei 9.605/98. In: *Revista de Direito Ambiental*. Ano: 3, nº 10, abr/jun; 1998, pp. 42/59.

GALVÃO, Fernando. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal*. Vol. 1, 10. ed., São Paulo: Saraiva, 1985.

JESUS, Damásio E. de. *Direito penal - Parte Geral*. Vol. I, 19ª edição, São Paulo: Saraiva, 1995.

JR., Philippi Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé. *Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental*. Coleção Ambiental 04, São Paulo: Ed. Manole, 2005.

KREBS, Pedro. A (ir)responsabilidade penal dos entes públicos. In: *Revista dos Tribunais*. Ano: 89, vol. 772, fev. 2000, pp. 485/495.

KRELL, Andreas Joachim. Concretização do dano ambiental: algumas objeções à teoria do "risco integral". In: *Anuário dos Cursos de Pós-Graduação em Direito*. Nº 8; Recife; 1997; pp. 13/45.

LIMA, Marcellus Polastri. A responsabilidade penal das pessoas jurídicas e a nova constituição. In: *Revista de Direito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. Ano: XV; n. 29; jan/jun; 1989; pp. 67/76.

MACHADO, Fábio Guedes de Paula. Crises do direito penal. In: *Revista dos Tribunais*. Ano: 88; vol: 765; jul; 1999; pp. 417/435.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MARTINS, Milton dos Santos. Responsabilidade penal p TESSLER, Luciane Gonçalves, Tutelas Jurisdicionais do Meio Ambiente. *Coleção Temas Atuais de Direito Processual Civil*, ed. RT, São Paulo.

Elo dano ecológico. In: *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul*. Vols. 108/113; 1985; pp. 33/41.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MEDEIROS JÚNIOR, Leonardo. *Responsabilidade civil do estado legislador*. In: <http://www.jus.com.br/doutrina/resplegi.html>, 04 de outubro de 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

TESSLER, Luciane Gonçalves, Tutelas Jurisdicionais do Meio Ambiente. *Coleção Temas Atuais de Direito Processual Civil*, ed. RT, São Paulo.